

Por fim, cabe ressaltar que o grupo, ou uma parte dele, decidiu promover algumas atividades relacionadas ao tema. Nos arquivos podemos encontrar diversos questionários preenchidos com questões sobre sexualidade, realizado na *Université de Vincennes*. Não sabemos se esses questionários foram utilizados para alguma finalidade. Paralelamente, Feldman e Zelensky pensavam na produção de um livro sobre o tema. Na primavera de 1970 o livro estaria concluído, mas teria dificuldades de encontrar um editor. O texto seria finalmente publicado sob a forma de artigo no número especial de *Partisans*.

A partir do que foi exposto pode-se perceber semelhanças com temas e polêmicas que marcariam o *Mouvement de Libération des Femmes*. Esse movimento surge a partir da reunião de pequenos grupos já existentes que daria origem a um movimento mais amplo. Segundo o relato de Anne Zelensky⁶⁶, uma carta publicada pelo FMA no *Nouvel Observateur* obtém respostas e uma delas de um grupo que se intitulava *Les Oreilles Vertes*. Ao que tudo indica, ela se refere à polêmica do texto sobre Reich, mencionado acima. Nesse mesmo momento, em maio de 1970, o jornal *L'idiot international* publica um texto, intitulado *Combat pour la libération de la femme*, assinado por Monique Wittig, Gille Wittig, Marcia Rothenburg e Margaret Stephenson. Segundo Françoise Picq, esse grupo se constitui após os eventos de 68 e é formado pelos nomes citados acima, além de Françoise Ducrocq, Josiane Chanel, Antoinette Fouque e Suzanne Fen.⁶⁷ É do encontro desses grupos que surge o embrião do *Mouvement de Libération des Femmes*. As primeiras aparições públicas desse movimento datam de meados de 1970.

Mouvement de Libération des Femmes

O ano de 1970 é repleto de momentos fundadores do *Mouvement de Libération des femmes* (MLF). Data de maio de 1970 a publicação do artigo *Combat pour la libération de la femme* no periódico *L'idiot international*; uma manifestação na Universidade de Vincennes também em maio na qual é possível ver faixas e bandeirolas que evocavam a “libertação das mulheres”; uma manifestação no Arco do Triunfo em agosto de 1970 assim como a publicação de um número especial da revista *Partisans Libération des femmes, année 0* em novembro do mesmo ano.

⁶⁶ PISAN Annie de, TRISTAN Anne, *Histoires du MLF*. Op. citl, p. 48.

⁶⁷ PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit., p.15.

A manifestação no Arco do Triunfo é considerada a primeira manifestação pública do movimento. Trata-se de ato em solidariedade a uma greve chamada por mulheres estadunidenses no aniversário de 50 anos da conquista do voto feminino nos EUA. Um grupo de mulheres deposita uma coroa de flores no monumento do Arco do Triunfo com os dizeres “Em honra à mulher ainda mais desconhecida do soldado desconhecido”. Um panfleto, *Solidarité avec les femmes en grève aux USA les 26 et 27 août* (Solidariedade com as mulheres em greve nos EUA nos dias 26 e 27 de agosto), é distribuído no qual denuncia-se a escravidão da mulher pelo “sistema patriarcal”, suporte fundamental da “exploração capitalista” e anuncia-se uma nova etapa:

Até o momento atual, as mulheres, por sua resignação e isolamento, contribuíram para perpetuar esse estado de coisas.

Hoje nós, mulheres de todas as condições, tomamos consciência de nossa opressão e estamos decididas a nos unir para lutarmos, para tomar em mãos nossa libertação.

Ousemos nos revoltar em casa, contra o marido, no trabalho, na rua, contra o sistema capitalista que nos oprime e sua ideologia que nos torna servis.⁶⁸

Essa ação daria visibilidade na mídia ao movimento, que, segundo diversas fontes, seria batizado, nesse contexto, de *Mouvement de Libération des Femmes*, em analogia ao movimento estadunidense, nome que as próprias militantes passariam a adotar. Participaram dessa ação, entre outras, antigas FMA como Christine Delphy, Emmanuèle de Lesseps e Anne Zelensky, assim como outras pessoas com outras trajetórias como Monique Wittig, Cathy Bernheim e Christine Rochefort.

Alguns outros eventos públicos marcariam o nascimento desse movimento. Em outubro, diante da prisão *La Roquette*, um novo ato é organizado, para protestar contra a “repressão geral que se exerce sobre os militantes políticos”, mas também para denunciar uma repressão “cotidiana e particular” que sofrem as mulheres, a qual permitiria criar um sentimento de solidariedade com todas aquelas que “estão presas” quaisquer que sejam as razões: “Prostitutas, ladras, mulheres que fizeram aborto, donas de casa, mães-solteiras, homossexuais, heterossexuais, manifestantes, militantes, nós somos todas irmãs”.⁶⁹

Destacamos também a intervenção de algumas integrantes do movimento num evento organizado pela revista feminina *Elle*⁷⁰ em novembro de 1970, denunciando o não

⁶⁸ COLLECTIF. *Mlf Textes premiers*. Op. cit., p.37.

⁶⁹ Esse ato foi organizado por militantes da VLR (Vive la Révolution). [Panfleto] *Solidarité avec les femmes en grève aux USA les 26 et 27 août*. Fundo Anne Zelensky. BMD. Reproduzido em: COLLECTIF. *Mlf Textes premiers*, p. 36-37.

⁷⁰ O evento se intitulava *Etats Généraux de la Femme*, no qual aconteceriam debates, sobre temas diversos.

questionamento de noções como amor, casamento, feminilidade, instinto maternal, etc. Recusando a ideia de uma “natureza eterna da mulher”, elas afirmam: “A mulher não existe, é uma das criações do patriarcado destinadas a massacrar as mulheres” e distribuem um contraquestionário bem humorado no qual procuravam ridicularizar algumas das questões propostas pela revista. À questão: “Se uma mulher trai o seu marido, é: um erro indesculpável. Um erro mais ou menos perdoável segundo as circunstâncias?”, elas contrapõem: “Você considera que uma mulher que compartilha o seu opressor com outras mulheres tem o direito de se fazer oprimir em outros lugares?”; e apresentam outras como: “Uma feminista é: esquizofrênica, histérica, paranoica, homossexual, ou simplesmente perversa?”.⁷¹

Logo após o verão de 1970, uma Assembleia Geral do movimento é convocada no Beaux-Arts (prédio das Belas-Artes) e mais de 100 pessoas participam. Essas reuniões, realizadas periodicamente a partir dessa data, constituíram um momento de encontro de diferentes iniciativas, grupos, feministas isoladas, etc. Sem inscrição para falas, sem pauta, tentava-se forjar novas formas de organização. Algumas descreveriam essas assembleias como uma grande bagunça, era “a explosão, o borbulhar de ideias, logo contestadas e frequentemente abandonadas. É a insolência, a derrisão. A palavra pertence a todo mundo mas ela deve ser tomada, com autoridade. É ‘um pouco a lei da selva’” afirmava Françoise Picq.⁷²

Para Picq, o MLF faz parte de uma corrente de contestação que surge a partir de maio de 68, “mesmo desejo de mudar a vida, imediatamente. Mesmas palavras para dizê-lo, mesma forma de passar uma mensagem, de desvendar questões implícitas, quebrar tabus: denúncia espetacular, humor corrosivo, insolência, derrisão, encenação dramatizada”.⁷³ Mas, promoveria também críticas aos esquemas revolucionários e proporia novas formas de estruturar o movimento, novas formas de ação e de manifestação.

Pela sua própria forma de organização, esse movimento é avesso a uma definição mais precisa dos seus contornos. O movimento se pretendia amplo “com contornos indefinidos e definição maleável”.⁷⁴ Nos panfletos produzidos pelo movimento, sobretudo em seu momento inicial, encontramos uma recusa a uma definição precisa:

O movimento de libertação das mulheres:

⁷¹ *Politique Hebdo*, n.9, 3 dez. 1970.

⁷² PICQ, Françoise. *Libération des femmes...* Op. cit., p. 52.

⁷³ *Ibidem*, p. 114.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 125.

- É você
- São todas as mulheres que tomam a palavra
- São todas as mulheres em revolta que tomam a palavra
- É quando duas ou três mulheres se reúnem e falam da sua experiência e do seu mal-estar.
- São todas aquelas que se revoltam coletivamente contra essa sociedade de homens feitas por homens e para os homens.⁷⁵

O MLF não se configurava como uma organização com estatuto, normas de funcionamento, etc. Era um movimento sem uma forma pré-fixada, calcado fundamentalmente numa unidade espontânea. Influenciado pelo conteúdo antiautoritário e antiburocrático de 68, o feminismo fazia eco à demanda de uma nova forma de organização política, horizontalizada, sem lideranças, sem separação entre público e privado e com uma nova linguagem. Avesso a definições, a enquadramentos e a fórmulas prontas, o movimento prefere se definir como sem forma e longe das categorizações existentes:

O movimento não é nem centralista democrático, nem leninista, nem piramidal, nem em forma de cone: ele não é atravessado por correntes que vão da base ao topo ou inversamente: não há topo ainda. A base é constituída do todo ou de cada uma, ele é disforme, heterogêneo, centrípeto e muito ativo.⁷⁶

O MLF não se pretende uma organização, nem um partido, não há carta de adesão, contribuição financeira, não há líderes, não há base: “É uma corrente de ideias, de ações, é uma união de indivíduos em revolta”.⁷⁷ Falar em organização, afirmavam no boletim *Le torchon brûle* de n.2, é “preparar a morte do movimento”.⁷⁸ A organização não organizaria nada além dela mesma.⁷⁹ Françoise Picq descreve de forma bastante precisa esse “espírito”:

O movimento de mulheres toma forma na recusa de toda forma, de todo compromisso. A democracia direta não é uma palavra vã. Nada de organização a refrear o movimento espontâneo de cada uma. Nem teoria de liberação, nem regras comuns, nem decisões coletivas. Nenhum chefe ou responsável, nenhuma palavra que faça lei. O MLF não quer reproduzir em nada aquilo que se critica nos outros, nos grupos mistos dominados pelos homens. Entre as mulheres, inventamos algo de radicalmente novo, na confiança, na espontaneidade, na igualdade entre todas; na afetividade necessária a uma ação comum. (...) O MLF não fala em nome das mulheres, que não são representáveis. (...) O MLF “são todas as mulheres”.⁸⁰

⁷⁵ LE MOUVEMENT DE LIBÉRATION DES FEMMES. s.d. Recueils BnF.

⁷⁶ LESSEPS, Emmanuèle de; HENNEQUIN, Claude. Trois ans de MLF. *Actuel*, n° 25, 1972.

⁷⁷ LE MOUVEMENT DE LIBÉRATION DES FEMMES. s.d. Recueils BnF.

⁷⁸ *Le torchon brûle* de n.2 p. 3.

⁷⁹ Le Tourchon Brûle, n.2 apud GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris: Puf, 1981, p. 32.

⁸⁰ PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. op. cit., p.125.

“Como se cria um grupo?” perguntam num panfleto. À essa questão elas respondem: “como quisermos, quando quisermos, onde quisermos e sobre o tema que quisermos. Os grupos são abertos: cada uma escolhe aquele que a interessa”.⁸¹ Estes se formavam a partir de afinidades pessoais e políticas, por bairro, por tema. Surgiam para discutir um problema particular ou simplesmente para preparar uma ação, uma manifestação, como afirma Picq:

Reuníamos-nos para refletir juntas sobre a origem do patriarcado, o trabalho doméstico, o aborto, o estupro, a homossexualidade, o desejo, o prazer, o ciúme, a violência... Reuníamos-nos por bairro. Reuníamos-nos por afinidades. Para fazer música, costura, pintura ou cuidar das crianças. Reuníamos-nos para falar de nós, da nossa experiência, dos nossos problemas, como se o grupo de mulheres possuísse a solução que cada uma não conseguia encontrar sozinha.⁸²

Essas agremiações poderiam durar anos, uma estação, alguns meses ou mesmo o “tempo de uma rosa”⁸³, como nos mostra Picq. Em janeiro de 1971, poucos meses após as primeiras ações públicas, alguns grupos são citados: prostituição, solidariedade cinema, grupo aborto, ligação com o interior, *Vincennes, Nanterre, la Halle aux vins*, grupo de estudos econômicos, grupo sobre a sexualidade, grupo sobre o ciúme, grupos de bairro”.⁸⁴

Alguns desses encontros funcionavam e davam continuidade às atividades, outros, desapareciam com o tempo. Novas ações, novas demandas e questões davam origem a novas reuniões, grupos, momentos de encontro. Uma lista de grupos existentes em 1975 publicada pelo jornal *L'information des femmes*⁸⁵ nos fornece um bom panorama do movimento no período: havia aqueles que se formaram a partir de diversos critérios, nacionalidade ou região (grupo anglófono, grupo latino-americano, mulheres imigrantes), a partir de temas (*ecologie feminisme, spiral*), para a organização de uma ação (Musidora, Tribunal Internacional) ou por orientação política (*Femmes en lutte, Cercle Dimitriev*, etc).

Um princípio comum a todas essas atividades era a reunião entre mulheres. “Só o oprimido pode analisar e teorizar sua própria opressão e conseqüentemente escolher os meios de luta”⁸⁶ afirmavam na introdução de *Partisans*. (Libération des femmes. Année zero). Essa

⁸¹ [Panfleto] Le Mouvement de Libération des femmes. s.d. BMD.

⁸² PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit p. 157.

⁸³ Ibidem. .

⁸⁴ *Actuel*, 1971, p.11.

⁸⁵ *L'information des femmes*, n.1, 24 de novembro de 1975.

⁸⁶ UN GROUPE DES FEMMES. Introduction à l'édition de 1972. *Partisans. Libération des femmes*. Paris: Maspero, 1973, p.5.

forma de organização é uma característica típica do feminismo desse período. Em parte, parece, por um lado, ter se espelhado na luta do movimento negro estadunidense e na experiência feminista desse país, por outro lado, em eventos específicos do nascente feminismo francês.⁸⁷ Na primeira publicação coletiva do movimento, esse aspecto já é ressaltado: “tomamos consciência que, a exemplo de todos os grupos oprimidos, caberia a nós tomar em mãos nossa própria libertação”.⁸⁸

O movimento se estrutura a partir da ideia de que cabe ao oprimido organizar, de forma autônoma, sua própria luta. Caberia às mulheres, reunidas entre si, definir suas próprias estratégias de luta, sua teoria, sem ingerência dos homens ou das organizações de esquerda. Os homens teriam vantagens por sua “situação de opressores” e, por isso, não deveriam participar do movimento. Mas, para além disso, havia uma questão prática, nas assembleias formadas por homens e mulheres as mulheres não se “sentiriam livres para exprimir sua revolta na presença de seu companheiro”.⁸⁹ Era necessário se reunir entre mulheres para que experiências de opressão fossem compartilhadas entre oprimidos.

A defesa da “autonomia” constituía também um elemento de aprendizagem e de desnaturalização de uma experiência marcada pela opressão. O fim da opressão não pode ser algo concedido por outrem, mas deve ser parte do aprendizado para a liberdade:

Eu tenho um passado de passividade. Quando não somos livres, não somos independentes. E se esta noite, recebêssemos uma ligação telefônica nos anunciando que a Revolução acaba de ser realizada, e que, por consequência, nós somos libertadas, DO-IT-YOURSEFS, BABY; nos sentiríamos tão desesperadas quanto macacos na porta de suas celas (...) É lutando por nossa libertação que nos preparamos para ela.⁹⁰

Coabitavam nesse movimento diversas formas de conceber o feminismo e as estratégias de luta. Para Françoise Picq, é esse debate entre pontos de vista indissociáveis e contraditórios que faz a riqueza do movimento.⁹¹ Coexistiam no seu seio militantes para as quais a luta das mulheres deveria ser parte do movimento social e outras para as quais essa luta não deveria se subordinar a nenhuma outra luta; diferentes concepções sobre a diferença

⁸⁸ QUELQUES MILITANTS. Présentation. *Partisans*. Op. cit., p. 5.

⁸⁹ UN GROUPE DES FEMMES. Introduction à la premier édition. *Partisans. Libération des femmes*. Paris: Maspero, 1973, p. 9.

⁹⁰ [Panfleto] Féministes révolutionnaires. Fundo Anne Zelensky, BMD.

⁹¹ PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit., p.233.

sexual (a diferença é, para algumas, um produto da opressão enquanto que para outras seria algo a ser valorizado); formas diversas de se conceber a estrutura do movimento.

Muitas militantes eram provenientes de organizações de esquerda, mas é em oposição e até mesmo em ruptura com suas organizações que esse movimento se configura. Como relembram algumas militantes trotskistas, no final da década, não era apenas a indiferença que caracterizava a relação do movimento operário e dos partidos de esquerda com a pauta feminista, mas frequentemente a hostilidade aberta.⁹² A reprodução dos velhos papéis sexuais dentro das organizações de esquerda, o menosprezo à condição da mulher e ao nascente movimento feminista seriam duramente criticados pelas mulheres militantes:

Quem cozinha enquanto eles discutem a revolução?
 Quem cuida das crianças enquanto eles vão às reuniões políticas?
 (...) Quem toma notas enquanto eles estão no microfone?
 Somos nós, sempre nós!⁹³

Diversas palavras de ordem do movimento, usando o humor que lhe era característico, constituíam uma denúncia ao machismo que era reproduzido também por militantes de esquerda: “O cozimento de um bife de um militante é tão longo como o de um burguês”, “Estupro de esquerda, estupro de direita, mesmo combate”, “Proletários de todos os países... quem lava suas meias?” são alguns exemplos.

Simone de Beauvoir afirmava em 1949 que as mulheres “não dizem ‘nós’”; “não temos meios concretos de nos reunirmos em uma unidade que se afirmaria em se opondo”⁹⁴. Uma grande onda feminista se constitui, 20 anos depois, justamente a partir desse “nós mulheres”. Esse processo ganhou formas variáveis, dependendo do país e do contexto político. Na França, foi fruto de um processo cujos contornos não é possível reconstituir somente a partir dos traços escritos do movimento, pois se forjou, fundamentalmente, nos diferentes espaços de militância. Já nos primeiros panfletos, esse sentimento é expresso:

Você é porque você é parte desse 1 milhão e meio e que, seja qual for o lado para onde se vire, você terminará por encontrar só irmãs, semelhantes a você, oprimidas e doentes dessa opressão, que, como você, colocarão um dia os seus problemas em termos que lhes serão próprios, numa linguagem que passará pelo corpo e vida, onde se encontra a verdadeira expressão. É necessário que você encontre outras mulheres, que fale com elas da opressão que lhes é comum, que fale de todas as maneiras possíveis.⁹⁵

⁹² 10 ans de luttres des femmes. *Cahiers du féminisme*, n.3, março 1978, p.22.

⁹³ Idem, p. 31.

⁹⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 13.

⁹⁵ Combat pour les femmes. *Le torchon brûle – L’idiot international*, décembre 1970, p.2.

Esse encontro foi vivenciado por muitas como uma enorme descoberta. É justamente nesses momentos de encontro que se forja a ideia de uma unidade, de um “nós” para além de outras diferenças. Foi no contato com outras mulheres, na troca e no reconhecimento de uma vivência comum que esse caráter coletivo da opressão pôde ser verbalizado e elaborado. Em diversos textos do movimento podemos encontrar relatos que ressaltam a importância desse processo

Em alguns casos, a percepção de uma opressão compartilhada e a ideia de uma solidariedade entre mulheres foi expressa na metáfora familiar “irmãs”. Em frente à prisão de *La Roquette*, em solidariedade à prisão de um membro da organização *Gauche Proletarienne*, é nesses termos que elas se exprimem quando se identificam como “irmãs”⁹⁶. Essa metáfora, comumente utilizada pelo movimento feminista do período, denota a percepção não só do sentimento de compartilhar uma experiência comum, mas também da *possibilidade* de convertê-la em solidariedade, numa irmandade.

Sem dúvida, esse processo não foi desprovido de dificuldades. A questão da necessidade de superação da rivalidade entre mulheres é um aspecto presente nos relatos e nas memórias do movimento. No boletim *Nosotras*, Ana Tegui menciona as dificuldades em lutar contra a rivalidade e como a solidariedade entre mulheres seria uma construção que avança a contrapelo dos próprios condicionamentos sociais a que as mulheres estão submetidas:

Muito mais difícil que lutar contra o sistema (tarefa para verdadeiros combatentes), é unirmos as mulheres e concordamos umas com as outras. Parece-me que não podemos ir muito longe se não superarmos essa etapa que deveria ser a primeira a ser percorrida. Temo ainda que levar em conta que estamos condicionadas pela sociedade para que sejamos inimigas.⁹⁷

Num texto publicado no jornal *Torchon brûle*, pelas “feministas revolucionárias”, afirma-se a necessidade de romper com “nossos reflexos de oprimidos” e desenvolver “nossa solidariedade de mulheres, o que chamamos de nossa consciência feminista”, que implicaria a “rejeição da sociedade do macho (*mâle*)”.⁹⁸ Essa “consciência política” que não poderia ser guardada em nenhuma “gaveta” e que pode “mudar muita coisa”.⁹⁹ Poderíamos aqui multiplicar os exemplos de textos feministas que apontam para o poder divisionista das

⁹⁶ [Panfleto] *Solidaires de nos soeurs avec qui nous sommes sur le chemin du 'sés honneur'*, outubro de 1970. Reproduzido em COLLECTIF. *MLF. Textes premiers*. Paris: Stock, 2009, p.87.

⁹⁷ Ana Tegui. Testimonio: soy una mujer más. *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

⁹⁸ Féministes Révolutionnaires. *Torchon brûle* n.5, s.d., p.9 [data aproximada: primeiros meses de 1973].

⁹⁹ Idem.

disposições sociais herdadas e insistem no caráter contra-inercial (ativo) da construção da “consciência” e da solidariedade das mulheres.

Para superar essas dificuldades seria necessário forjar uma “consciência feminista” na medida em que a naturalização da opressão não conduz espontaneamente a ela. Há, inclusive, teorizações acerca de como se constrói tal consciência, como encontramos, por exemplo, em Annie e Anne, que concebem esse processo como um movimento ascendente, por etapas. Tendo como base os argumentos de James Baldwin em relação ao movimento negro, escrevem:

Cada feminista vive também essas três etapas de tomada de consciência, a humilhação, a recusa de se reconhecer em outras mulheres e, enfim, a reivindicação de sua identidade (...) Cada vez mais mulheres se encontram pelo mundo se revoltando contra aquilo que o que fez delas o mundo dos homens.¹⁰⁰

Encontrar outras mulheres com uma experiência de opressão similar, desnaturalizar tal opressão e transformá-la em fator de luta coletiva foram elementos fundamentais do que era conhecido como uma *tomada de consciência feminista*. Esse processo permitia ir além do aspecto mais fenomênico e individual dessa opressão, apreendendo seu caráter sistêmico e a necessidade de um combate coletivo para sua superação.

Quando 25 milhões de mulheres têm o mesmo problema, ele deixa de ser individual. Deixemos de olhar as outras mulheres como rivais. Pois nós estamos submetidas a uma opressão comum, nós temos interesses comuns. Sejamos solidárias. Ajamos conjuntamente. Sugerimos que em todo lugar onde haja mulheres elas façam reuniões para esse trabalho político de tomada de consciência.¹⁰¹

Essa “tomada de consciência” foi um elemento importante nas práticas e reflexões de diferentes grupos feministas. Ela deveria ocorrer a partir do contato com outras mulheres, nas reuniões, assembleias. Mas, algumas atividades específicas foram concebidas para promovê-la, como os grupos de autoconsciência, chamados nos EUA de *consciousness-raising groups*. Pequenos grupos partiam das experiências pessoais e cotidianas das mulheres, compreendendo que, por meio de processos de tradução e comparação recíprocas dessas

¹⁰⁰ Annie e Anne. *Lutte des femmes et révolution. Les femmes s'entêtent*. Paris: Gallimard, 1975, p.271.

¹⁰¹ *Contre le terrorisme male . L'idiote international, juillet aout 1970.*

experiências, poderia emergir a percepção de uma opressão comum e de uma identidade que superasse as suas “experiências atomizadas e fragmentárias”.¹⁰²

Sarachild foi uma das primeiras a propor atividades desse gênero nos EUA. Alice Echols identifica as origens dessa ação no quadro do New York Radical Women¹⁰³, onde o termo foi cunhado. A técnica, no entanto, teria surgido a partir de outras experiências:

As a civil rights worker in Mississippi, Sarachild knew that the sharing of personal problems, grievances, and aspirations could be a radicalizing experience. In a 1973 speech, she explained “[w]e organizers the practice a number of us had learned in the civil rights movement in the South in the early 1960’s’. The proponents of consciousness-raising took their inspiration from the Chinese revolution when peasants were urged ‘to speak pains to recall pains’ and from the revolutionary struggle in Guatemala where guerillas used similar techniques.¹⁰⁴

Juliet Mitchell evoca também a influência da Revolução Cultural. O conceito de “criação de consciência” seria uma nova interpretação da prática revolucionária chinesa denominada “expressando amarguras”, uma reinterpretação marcada pela experiência das práticas “psicoterapêuticas” e por uma configuração de classe diferente. Essa prática difundiu-se por diferentes países, assumindo contornos diversificados.

As “feministas revolucionárias”, uma das orientações presentes no MLF, promoveram, desde o verão de 1970, atividades desse tipo. O objetivo não era fazer uma atividade de “psicanálise selvagem ou de grupo” ou uma “terapia de grupo”, mas “desenvolver laços entre as mulheres, ver que todos os problemas das mulheres são nossos problemas”.¹⁰⁵ Diversos pequenos grupos desse gênero foram formados por essa tendência do movimento e constituíam também parte de uma estratégia de organização sob novos termos, sem hierarquias:

Os pequenos grupos nos parecem uma estrutura que permite chegar à formação de um movimento de massa das mulheres, limitando ao máximo os riscos de tomada de poder e de controle. Eles permitem às mulheres confrontar sua experiência pessoal e, assim, tomar consciência claramente que a opressão a qual ela está submetida individualmente é uma opressão coletiva. Nesses grupos, as mulheres rompem o isolamento, aprendem a falar, a se escutar, a se aceitar, a se amar, transformando assim as relações

¹⁰² ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Rio de Janeiro: Globo, 1983, p. 74.

¹⁰³ “The New York groupe included a number of the mouvement’s most significant thinkers-women livre. Kathie Sarachild, S. Firestone, Anne Koedt, Kate Millet, Robin Morgan, and Ellen Willis”. ECHOLS, Alice. *Daring to be bad*. Op. cit., p.74.

¹⁰⁴ ECHOLS, Alice. *Daring to be bad*. Op. cit, p.83-84.

¹⁰⁵ Féministes Révolutionnaires. *Torchon brûlé* n.5, s.d.[data aproximada: primeiros meses de 1973].

que as oprimidos têm entre elas nessa sociedade e em relação a elas próprias.¹⁰⁶

Uma questão que nos interessa particularmente é como movimento nomeou e teorizou essa “opressão”. Seria uma opressão, uma exploração, uma dominação, uma alienação? As mulheres seriam uma classe, uma raça, uma casta? As reflexões em torno da questão partiam de algumas das análises já existentes sobre a exploração de classe, sobre o racismo, etc. As analogias com o racismo, com a situação das colônias e com a exploração de classe foram frequentes e marcam as primeiras tentativas de teorização do movimento. Recorreu-se frequentemente também ao vocabulário marxista (classe, modo de produção, etc.). São etapas de uma reflexão coletiva de um movimento que procurava teorizar uma situação vivida. Essas questões serão abordadas no capítulo 3 “Teorizando a opressão”.

Diversas seriam as temáticas abordadas pelo movimento. Não é possível retomar aqui essas inúmeras discussões. Limitar-nos-emos a elencar alguns em torno dos quais foram organizadas mobilizações de maior fôlego.

Para Françoise Picq, o tema central mobilizador do MLF era a liberdade de dispor do próprio corpo, resumido na palavra de ordem “Nosso corpo nos pertence”, largamente utilizada. Grandes mobilizações em torno dessa temática foram um elemento fundamental desse movimento na primeira metade da década de 1970. Elas se baseavam na ideia de que “não há liberdade para as mulheres sem livre disposição de seus corpos”.¹⁰⁷ “Nosso corpo nos pertence” afirmam, “não pertence nem ao Papa, nem a Debré¹⁰⁸, nem aos publicitários, nem ao nosso marido, nem a nenhum homem”. Essa luta exige a total liberdade para aborto e contracepção. O aborto constituiu um tema fundamental nos primeiros anos do movimento.

A luta pela legalização do aborto tem uma história que remonta à França dos anos 1960¹⁰⁹, com a fundação da associação *Maternité Heureuse* que se transformaria no *Planning Familial*. Não se trata de uma luta conduzida somente pelo MLF, mas também por grupos como MLAC (Mouvement pour la liberté de l'avortement et de la contraception), Choisir e Le Planning Familial. Em 5 de abril de 1971 a revista *Nouvel observateur* publica o manifesto das 343 mulheres declarando terem abortado – que o jornal satírico *Charlie Hebdo* batizaria

¹⁰⁶ Féministes Révolutionnaires. *Torçon brûlé* n.5, s.d. [data aproximada: primeiros meses de 1973].

¹⁰⁷ PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit., p. 85.

¹⁰⁸ Michel Debré era à época ministro de Estado encarregado da defesa nacional.

¹⁰⁹ Para mais informações sobre os mais de 20 anos de luta por essa causa ver: PAVARD, Bibia. *Si je veux, quand je veux. Contraception et avortement dans la société française (1956-1979)*, Rennes: PUR (collection Archives du féminisme), 2012.

das 343 *s salopes* (putas) – e que se tornou um manifesto símbolo da luta pela legalização do aborto.

Podemos indicar como momentos importantes desse combate, além da publicação desse manifesto, as grandes manifestações e o processo de Bobigny (processo de 1972, que ganharia difusão mediática, contra cinco mulheres que realizaram um aborto e foram defendidas por Gisele Halimi). Em 1975, uma primeira vitória seria conquistada, a aprovação de uma lei, chamada de *Loi Veil*, válida por um prazo de cinco anos, que autorizava a interrupção da gravidez, ainda que com restrições. Tal lei volta a ser discutida em 1979, gerando grandes manifestações de rua e é finalmente adotada de forma permanente em novembro de 1979.

Na pauta da livre disposição dos corpos, outros temas foram debatidos, entre eles o sentido da revolução sexual para as mulheres e a violência, entre elas o estupro. A “libertação da sexualidade” dos entraves impostos por uma sociedade repressora constituía um tema importante, na esteira dos debates que marcaram a década anterior. O MLF se posiciona pela “libertação sexual e contra todos os tabus”.¹¹⁰ Denúncias ao mito do orgasmo vaginal e à frigidez feminina assim como a afirmação da necessidade de uma redefinição da sexualidade, que não passe pela procriação obrigatória, pela satisfação exclusivamente dos desejos masculinos e pela heterossexualidade obrigatória se impõem para o movimento.

Esse tipo de crítica vai de encontro a uma concepção de libertação sexual propagada por alguns homens. Um número do jornal maoísta *Tout!* dá fôlego ao debate sobre o que significa uma revolução sexual numa perspectiva feminista. Visões diferentes se afrontam sobre o que seria uma tal libertação sexual e algumas feministas, contra o que consideravam uma visão patriarcal dessa revolução, afirmam: “A libertação sexual de vocês não é a nossa”.

A questão do estupro já aparece no número de *Partisans* diversas vezes evocado. Uma palavra de ordem que sintetizaria a banalização da violência sexual contra as mulheres é “Quando uma mulher diz não, é não”. A questão ganha preeminência e o centro de algumas mobilizações, a partir do processo contra três homens acusados de estuprar duas mulheres num *camping* próximo de Marselha em 1975. As mulheres seriam defendidas pela advogada Gisèle Halimi e diversas ações em torno da temática ganham força a partir desse momento,

¹¹⁰ PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit., p.129.

como *Dix heures contre le viol* (Dez horas contra o estupro), em junho de 1976. A lei sobre o estupro é finalmente alterada em 1980.¹¹¹

A denúncia do trabalho doméstico gratuito que recai exclusivamente sobre as mulheres é um outro tema fundamental. Desde os primeiros documentos produzidos pelo movimento, podemos encontrar a denúncia desse trabalho realizado de forma praticamente exclusiva por mulheres, não remunerado e não reconhecido como trabalho. Uma das primeiras aparições públicas do movimento já estava ligada à temática: tratava-se de um movimento de solidariedade à greve chamada por militantes estadunidenses em agosto de 1970. Em diversos outros panfletos e textos do movimento, essa questão ocupa um lugar central. Para Kergoat, não seria a luta pela legalização do aborto que teria marcado o início das mobilizações feministas dessa década mas as reivindicações relacionadas ao trabalho doméstico.¹¹²

No panfleto *On n'appelle pas ça du travail* (Não se chama isso de trabalho) podemos visualizar o teor dessas primeiras denúncias por meio da listagem de diversas atividades domésticas realizadas gratuitamente pelas mulheres no seio da família, as quais não são reconhecidas como trabalho. A partir dessa lista elas lançam a questão:

Se isso é amor
Se isso é família
Transformemos isso
O amor não deve ser escravidão.¹¹³

Em torno dessa temática são organizadas, por exemplo, ações contra o dia das mães – “Comemoradas um dia, exploradas todo o ano” era o mote –, uma greve das mulheres em 1973, tendo por objetivo a paralização de todos os trabalhos realizados por mulheres.

O movimento tem o seu auge entre 1970 e 1973. Nestes anos, apesar das divergências, este conseguia manter uma certa unidade. A partir de 1974, segundo Picq, o movimento entra numa nova fase, na qual as divergências vão levar a uma certa fragmentação, visível, por exemplo, na multiplicação da imprensa. Um jornal unificado como o *Torchon brûle* não era mais possível.

¹¹¹ Ver: PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit., cap. 20 “Ras le viol”.

¹¹² KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise et. al. *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 68.

¹¹³ [Panfleto] “On n'appelle pas ça du travail ” s.d. Recueils BnF.

Diálogos transatlânticos

Nos anos 1990, alguns debates, entre eles sobre o uso do conceito de gênero e sobre o “politicamente correto”, ambos considerados como uma importação dos Estados Unidos, trouxeram para o debate político e teórico a ideia de “singularidade francesa”¹¹⁴ e algumas tentativas de “nacionalização” de conceitos e perspectivas, como nos mostra Cornelia Moser.¹¹⁵ Mas, nos anos 1970, não há uma defesa de “especificidade nacional” ou a recusa em utilizar determinados conceitos porque foram produzidos em outro país. Na verdade, o movimento se pretende internacional e contra uma opressão que, apesar das variações, seria universal. Nos documentos do MLF podemos encontrar diversos elementos dessas trocas, particularmente com os Estados Unidos. Contudo, para Ezekiel e Galster¹¹⁶, a influência do feminismo estadunidense é pouco reconhecida nos trabalhos sobre tema. Para Galster, seria uma ocultação extremamente problemática dado que “a maioria das feministas praticariam fundamentalmente o que elas haviam aprendido nos Estados Unidos”.¹¹⁷ Consideramos um exagero tal ideia. O feminismo francês apropriou-se de determinados conceitos elaborados nos EUA, traduziu textos e categorias gestadas do outro lado do Atlântico, mas, ao mesmo tempo, formulou, a partir de um contexto político, teórico e intelectual *particular*, um feminismo que não pode ser caracterizado simplesmente como uma replicação do *woman’s liberation* estadunidense.¹¹⁸ Neste item, o objetivo é mostrar algumas dessas trocas transatlânticas.

É importante lembrar que a chamada “segunda onda” feminista toma corpo na França a partir de 1970, três anos depois das primeiras manifestações do chamado *women’s libération mouvement*. Antes da emergência do MLF, notícias sobre o movimento estadunidense aparecem na imprensa francesa, como na revista *Le nouveau observateur*. Na

¹¹⁴ Para debates sobre a ideia de “singularidade francesa” ver OZOUF, Mona. *Les mots des femmes*. Paris: Fayard, 1995, o dossier “Femmes: une singularité française ?”. *Le Debat*, n.87 (nov.-dez 1995) e BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹¹⁵ MÖSER, Cornelia. *Feminismes en traductions*. Op. cit.

¹¹⁶ EZEKIEL, Judith. Anti-féminisme et anti-américanisme: um mariage politiquement réussi. *Nouvelles Questions Feministes*. vol. 17, n.1, 1996 ; e GALSTER, Ingrid. Les chemins du féminisme entre la France et les États-Unis. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (org.). *Intellectuelles. Du genre en histoire des intellectuels*. Bruxelles: Complexe, 2004.

¹¹⁷ GALSTER, Ingrid. Les chemins du féminisme entre la France et les États-Unis. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (org.). *Intellectuelles. Du genre en histoire des intellectuels*. Bruxelles: Complexe, 2004, p. 251.

¹¹⁸ As disputas em tornos de teorias “nacionais” pertencem a outro momento histórico, particularmente os anos 1990, e estão relacionadas, em grande medida, à controvérsia sobre o conceito de gênero e sobre a categoria *french feminism*.

lembrança de algumas daquelas que viveram esse período, o feminismo parecia algo que dificilmente chegaria à França. Sobre isso, Beauvoir comenta:

In 1969 we first heard of the American women's liberation movement, and this exciting news bolstered the few scattered French feminists in their determination that it was possible to build a movement of their own. In the French political climate of that time, such an idea was anathema to all men and even to most of women.¹¹⁹

Esse ceticismo sobre a possibilidade de emergência de um movimento do mesmo tipo na França aparece também em outros relatos, como na Plataforma do *Cercle Dimitriev*:

O mínimo que se pode afirmar é que o MLF surpreendeu todo mundo. Conhecíamos os movimentos americanos e pensávamos que esse grito de revolta não chegaria até o Velho Continente. Podíamos admitir que as mulheres se organizassem em massa nos partidos tradicionais ou nos grupúsculos mas não como movimento autônomo composto somente por mulheres.¹²⁰

Esses relatos chamam a atenção para o fato de que o movimento estadunidense não passou despercebido no cenário francês e, certamente, contribuiu para a construção do imaginário social que precedeu a emergência do MLF. Em alguns textos dos primeiros anos do MLF essa relação é ressaltada. Colette Audry fala de um “jovem MLF à imagem do movimento americano”.¹²¹ Godchaud considera que o “precedente americano marca profundamente, para o melhor e o pior, o que começa a se fazer em outros lugares, na França principalmente, sem que seja sempre levado em consideração as especificidades políticas nacionais”.¹²² Outros relatos registram essa identificação. Esta foi, inclusive, um dos motes da crítica da esquerda ao movimento. O antiamericanismo, bastante presente em setores de esquerda francesa, era aqui usado como uma forma de criticar o feminismo. Sylviane Mercier expõe de forma caricatural essa posição num artigo de *Partisans*: “Mas quais referências teóricas efetivamente? Quais análises concretas para dar vida ao movimento? Uma vez mais, em nome do quê se assenta a autonomia do movimento na França? Em nome do exemplo

¹¹⁹ BEAUVOIR, Simone de. France: Feminism – Alive, Well, and in Constant Danger. In: MORGAN, Robin. *Sisterhood is Global. The International Women's Movement Anthology*. Garden City, Nova York: 1984.

¹²⁰ Plate-forme du Cercle Dimitriev apud COLLECTIF. *MLF textes premiers...* Op. Cit., p. 144.

¹²¹ AUDRY, Colette. Les pièces du dossier. *Après demain*, n.140, janeiro 1972, p. 4. Fundo Colette Audry, BMD.

¹²² GODCHAUD, J.F. Introduction: de nouveau sur la libération des femmes. *Partisans* n.57, jan.-fev. 1971, p.64.

americano!”.¹²³ Num sentido similar, o jornal trotskista *Rouge* critica a importação de modelos que não corresponderiam às tradições políticas francesas:

A analogia do MLF nesses países onde a radicalização passa pelas camadas periféricas com falta de tradição marxistas revolucionárias e de um movimento operário realmente organizado a partir de posições de classe, não pode, de forma alguma, servir como fundamento para a criação de um movimento de mulheres de massa autônomo na França.¹²⁴

Esse tipo de argumento seria retomado em outros contextos para criticar a importação de um certo feminismo ou de ideias vindas dos Estados Unidos. Mas, no seio do movimento, esse tipo de argumentação não tinha eco.

A primeira ação pública do movimento foi em solidariedade a uma greve chamada por feministas estadunidenses. A revista *Le nouvel observateur* de 31 de agosto de 1970, poucos dias após o ato no Arco do Triunfo, descreve esse movimento de “solidariedade às mulheres americanas”.¹²⁵ O nome do movimento viria igualmente de uma analogia com o *woman’s liberation mouvement*, segundo Françoise Picq e outras autoras. Essa visão é, entretanto, contestada pela militante do FMA e posteriormente do MLF, Emmanuelle de Lesseps, que recorda discussões acerca do nome do grupo antes que ele fosse batizado pela imprensa.

No seio do MLF, as referências ao movimento de libertação nos EUA e à sua literatura são frequentes nos primeiros anos. Em *Partisans*, diversos textos foram traduzidos. Elas afirmam que se inspiraram amplamente nos artigos publicados em *Notes from the Second Year: Women’s Liberation* e esperavam que a tradução de artigos das feministas radicais fornecesse um “um ponto de partida para uma reflexão feminista entre as francesas cujos problemas são similares ao das americanas”.¹²⁶ Entre as referências, constam diversos nomes de feministas desse país.¹²⁷ Posteriormente, outros textos seriam traduzidos e publicados nos jornais e revistas do MLF mas também na imprensa de esquerda. Antes mesmo das primeiras

¹²³ MERCIER, Sylviane. La foire à la libération. *Partisans* n.57, jan.-fev. 1971, p. 41.

¹²⁴ HEDIN, Anne. Pour l’avortement libre et gratuite. *Rouge*, n.109, 12/04/1971, p. 6.

¹²⁵ *Le nouvel observateur* 31 de agosto de 1970, p.18. “En solidarité avec les femmes américaines et pour mettre l’accent sur leurs propres problèmes, un “mouvement de Libération des femmes” a été créé en France. Il dit avoir trois mille adhérentes. Une délégation de ce mouvement a déposé mercredi dernier une gerbe à l’Arc de Triomphe”.

¹²⁶ QUELQUES MILITANTS. Présentations. In: *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 7.

¹²⁷ Na bibliografia de textos sobre o tema arrolada no final desse número especial, há um tópico de literatura sobre a libertação das mulheres nos Estados Unidos, em que constam diferentes títulos que poderiam ser encontradas na seção “Femmes” da livraria da editora Maspero *La Joie de Lire. Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p.246.

manifestações públicas do movimento em agosto de 1970, algumas atividades de tradução já eram planejadas:

Haverá neste verão em Paris diversos grupos de trabalho que se encarregarão de traduzir alguns textos do movimento de libertação das mulheres americanas, inglesas, alemães e outras.

Haverá grupos de estudos e discussão

Haverá um ou diversos grupos que tentarão tentar colocar em prática um teatro guerrilha.¹²⁸

La dialectique du sexe. Le dossier de la révolution féministe de Firestone é traduzido em 1970. *La politique du mâle* de Kate Millet e *SCUM Manifesto* de Valerie Solanas o foram em 1971. Os livros obviamente circulavam também em inglês, mas a tradução é um indício de um maior esforço de difusão de alguns desses textos.

Não há nesse momento uma defesa da “especificidade nacional” por parte do movimento.¹²⁹ Essa questão nem mesmo parece fazer sentido. Ao contrário, são, sobretudo, as semelhanças entre a situação vivida por mulheres em diferentes contextos e suas lutas que são ressaltadas. Os escritos circulavam sem ressalvas em relação à nacionalidade. O que provocava clivagens era, fundamentalmente as divergências em termos de orientações políticas.

Não temos elementos para analisar as trocas no sentido inverso. A questão linguística não pode ser subestimada. Os textos em francês, sem tradução, tinham, nos Estados Unidos, certamente um público restrito. Além disso, as traduções para o inglês das feministas francesas não parecem ter sido frequentes. Para Duchén, muitos textos franceses tiveram maior difusão entre círculos próximos de departamentos universitários de francês, nos quais os aspectos literários, linguísticos e filosóficos constituíam o foco.¹³⁰ Uma das primeiras antologias de textos feministas franceses foi publicada nos EUA só em 1980 *French Feminism*. A partir de 1980 *Feminist Issues* traduziu diversos textos publicados originalmente na revista *Questions féministes*. Em 1987 Claire Duchén organizaria uma coletânea publicada na Inglaterra *French connections*.¹³¹

¹²⁸ *L'idiote international*, julho-agosto de 1970.

¹²⁹ Para debates mais recentes sobre a ideia de “singularidade francesa” ver OZOUF, Mona. *Les mots des femmes*. Paris: Fayard, 1995, o dossier “Femmes: une singularité française ?”. *Le Debat*, n.87 (nov.-dez 1995) e BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹³⁰ DUCHEN, Claire (org.) *French connections*. Op. cit Idem, p. 11.

¹³¹ DUCHEN, Claire (org.) *French connections*. Op. cit.

Tendências no movimento: problematizações

Estabelecer uma “taxonomia” do movimento feminista envolve diversas dificuldades. Os riscos de homogeneização e de simplificação são numerosos. Identificar “tendências” ou “correntes” não constitui tarefa fácil dado o caráter cambiante dessas etiquetas. Diversos são também os problemas de atribuição e auto-reivindicação. O sentido que vão ganhar algumas dessas etiquetas como “radical” “socialista”, “materialista” varia segundo o contexto histórico, geográfico mas também em relação ao interlocutor e locutor. Essas taxonomias devem ser usadas com cautela e não podem servir para fixar algo que está em constante movimento.

No contexto francês, o movimento feminista é pensado frequentemente a partir de uma divisão tripla: “feminismo revolucionário”, “psicanálise e política”, “feminismo luta de classes”. Apesar das limitações e problemas deste tipo de abordagem, apresentaremos, neste momento do texto, para fins didáticos, algumas ideias-chaves que marcaram a reflexão dessas “tendências” cujos contornos e historicidade serão, posteriormente, problematizados ao longo desta tese.

Uma das tendências que nos interessa particularmente é o “feminismo revolucionário”. Ela estaria na base do chamado “feminismo materialista”. Segundo Françoise Picq, não há propriamente uma “tendência” feminista revolucionária, nem mesmo um grupo regular. Esta se constitui mais como corrente de pensamento, de limites imprecisos e variáveis.¹³² Algumas das ideias compartilhadas era a luta prioritária contra o patriarcado e contra a subordinação da mulher pelo trabalho doméstico. Havia um gosto por ações espetaculares. São principalmente desta “tendência” as manifestações públicas que marcaram o surgimento do MLF assim como outras ações como a “*Journées de dénonciation des crimes contre les femmes*” (1972), a Greve das Mulheres (1974) entre outras.¹³³

Segundo o texto *Féministes révolutionnaires* publicado no jornal *Le torchon brûle* n°5, as “feministas revolucionárias” surgem numa assembleia geral do movimento em 1970. “Fala-se muito das Feministas Revolucionárias no Movimento” afirmam; entretanto, aquelas que recebem a etiqueta não se reivindicam necessariamente dessa forma “há entre as ditas “F.R” tantas opções que é difícil falar de uma ‘linha geral’”. Um elemento unificador é a ideia de que o feminismo quer dizer “para as mulheres e com todas as mulheres”, isto é, que

¹³² PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit, p.249.

¹³³ Ibidem, 251.

haveria um “nós mulheres”, algo em comum a partir do qual deveria se constituir o movimento, o que implicaria não excluir nenhuma mulher¹³⁴. “Revolucionário” era apresentado como sinônimo de “radical”. O grupo recusa a ideia de lutas principais e secundárias, contradição principal e secundária: não haveria “a opressão” mas sim “opressões múltiplas, combinadas, todo mundo ao mesmo tempo opressor e oprimido”¹³⁵. Esse ponto constituiria uma crítica importante às organizações de esquerda, que subsumiam a opressão feminina nas relações de classe e deslegitimavam a necessidade de um movimento autônomo:

Nós que não viemos de grupos ditos revolucionários ou que rompemos com os mesmos, pensamos que somos no Movimento não para nos organizar enquanto força de apoio à revolução dos homens (para isso é suficiente de ir a um grupo esquerdista) mas para nos liberar de nossa exploração principal e primordial.¹³⁶

Essa exploração principal e primordial seria o patriarcado, cuja base seria o trabalho doméstico gratuito. Esse ponto seria uma das principais divergências em relação a posições tomadas por organizações de esquerda. Essa polarização é apresentada, de forma esquemática, segundo as próprias autoras do texto, como: de um lado uma orientação para a qual a luta das mulheres é um “aspecto marginal da luta de classes, considerada como principal” e do outro, uma posição, com a qual se identificam que:

questiona todos os aspectos da sociedade global (na qual se insere à exploração de classe), assim como o caráter privilegiado da luta anticapitalista. Dois sistemas de exploração coexistem, o mais antigo determinando o outro.¹³⁷

Não há por parte do feminismo revolucionário uma negação das desigualdades de classe. Elas se localizam claramente numa perspectiva anticapitalista. Entretanto, consideram que haveria um sistema patriarcal, que seria mais antigo que o capitalismo e determinaria este último, e que o feminismo seria uma forma de provocar um questionamento desses dois sistemas.

A tendência luta de classes começa a se constituir no interior dos grupos de bairro e do Cercle Elisabeth-Dimitriev. Este grupo, segundo Françoise Picq, foi criado em maio de 1971 por mulheres do grupo trotskista Alliance Marxiste Révolutionnaire (AMR)¹³⁸. Segundo o relato de uma das militantes dessa organização, Corine, esta idéia partiu de mulheres que

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Féministes Révolutionnaires. *Torchon brûle*, n.5, s.d., p.8 [data aproximada: primeiros meses de 1973].

¹³⁶ [Panfleto] Pour un groupe féministe révolutionnaire (1971).

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ PICQ, Françoise. *Libération des femmes...* Op. cit., p. 280.

tinham ido individualmente às reuniões do MLF e posteriormente do MLA (Mouvement pour la liberte de l'avortement) e, diante da abertura da AMR para os movimentos sociais¹³⁹, formaram o tal Círculo. Essas militantes lançam em maio de 1972 uma plataforma “Sortir de l'ombre”¹⁴⁰ na qual ressalta-se a necessidade de se construir um movimento de libertação das mulheres a partir de uma concepção “alternativa àquelas propostas pelas correntes dominantes do feminismo radical”.¹⁴¹ Nessa plataforma, há uma defesa da autonomia do movimento feminista mas ao mesmo tempo a ideia de que a luta feminista deve estar articulada à luta pelo fim do sistema capitalista. A revolução não seria, entretanto, um fator suficiente para o fim da opressão – “É por isso que proclamamos a necessidade de um movimento de mulheres, antes, durante e depois da revolução.”¹⁴² – e a ideia de dupla militância, no movimento feminista e numa organização de esquerda.¹⁴³ Uma crítica recorrente dos grupos identificados como “luta de classes” é em relação à forma de organização do MLF, como veremos no próximo item.

Para Picq, as mulheres ligadas a organizações revolucionárias conhecem o feminismo através principalmente do MLAC. Essas militantes não teriam passado pelas “rupturas fundadoras”¹⁴⁴ do MLF e muitas não conseguem abandonar completamente algumas posições de suas organizações. Muitas dessas militantes levariam para suas organizações questionamentos e isso teria impacto em muitas delas. A relação dessas militantes com suas respectivas organizações e com o movimento feminista era frequentemente conflituosa pois elas permaneceriam “divididas entre lógicas contraditórias de um Movimento reivindicando sua autonomia e uma organização postulando sua direção”.¹⁴⁵ Essa posição gerava uma difícil contradição pois elas seriam acusadas de defender o partido dentro do movimento e, por outro lado, dentro das suas próprias organizações eram olhadas com suspeição por privilegiar as mulheres.¹⁴⁶

Por fim, cabe analisar brevemente a configuração da tendência “Psicanálise e Política”. Segundo Picq, o grupo, cujas primeiras reuniões ocorrem ainda durante o maio de 1968, é formado inicialmente por militantes maoístas da *Vive la Revolution* (VLR) e da *Gauche Prolétarienne* (GP). O objetivo principal do grupo seria, segundo Guadilla, “articular

¹³⁹ CORINE. Je suis une effreuse renégate...*Les temps des femmes* n.12, été 1981.

¹⁴⁰ Ver também: 10 ans de luttes des femmes. *Cahiers du féminisme*, n.3, março 1978.

¹⁴¹ CERCLE DIMITRIËV. *Brève histoire du MLF. Pour un féminisme autogestionnaire*. Paris: Savelli, 1976, p.5.

¹⁴² CERCLE DIMITRIËV. *Brève ...* Op. cit, p.63.

¹⁴³ GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris: PUF, 1981, pp.48-49.

¹⁴⁴ PICQ, Françoise. *Libération des femmes*. Op. cit., p. 287.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 288.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 288.

a psicanálise e o discurso político do materialismo histórico”.¹⁴⁷ Preferindo a reflexão e trabalho teórico ao ativismo e às ações consideradas espetaculares¹⁴⁸, este seria responsável pela criação da editora *Des femmes* em 1973. Essa editora publicaria o jornal *Le Quotidien des Femmes*, uma revista mensal *Des femmes en mouvements* e dezenas de livros feministas ou sobre a mulher escritos na França ou traduzidos. Entretanto, poucos são os traços escritos, sobretudo nos primeiros anos do movimento, dessa “tendência”/grupo. As primeiras divergências com as chamadas feministas revolucionárias eram sobretudo em relação à possibilidade de estruturar um movimento com mulheres pertencentes a diversos extratos sociais e a possibilidade de postular uma opressão comum para o conjunto dessas mulheres. Posteriormente seria fundamentalmente a questão da “diferença sexual” que emergiria como tema de polarização. Elas propunham uma revalorização do feminino “persuadidas que este existe, em si, mas que ele é negado, censurado”.¹⁴⁹ Nas palavras de Kandel, o grupo Psicanálise e Política seria o “polo do diferencialismo militante”.¹⁵⁰

O grupo insiste nas diferenças profundas que separam homens e mulheres, situando tal diferença na biologia: “O que faz a força, a satisfação das mulheres: produzir a vida”¹⁵¹; “A usina aos operários, os úteros às mulheres; a produção do vivente nos pertence”.¹⁵² O feminismo seria um freio, um impasse diante da busca e valorização dessas diferenças. Por isso não só não reivindicavam o feminismo¹⁵³ como o consideravam “a última forma histórica do patriarcado”¹⁵⁴. Definiam-se como “mulheres em movimento”, “mulheres em luta”. No livro sobre história do feminismo publicado pela editora ligada ao grupo, elas explicam o porquê da não inclusão do grupo nessa obra. O feminismo é considerado como a “contra-face do velho, do humanismo, e é recusado”¹⁵⁵ e representaria uma busca por mais

¹⁴⁷ GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris: PUF, 1981, p. 50

¹⁴⁸ PICQ, Françoise. *Libération des femmes. Les années-mouvement.* Paris: Seuil, 1993. p.125.

¹⁴⁹ PICQ, Françoise. Un homme sur deux est une femme. Les féministes entre égalité et parité (1970-1996). *Les Temps modernes*. n.597, abril-maio 1997, p.222.

¹⁵⁰ KANDEL, Liliane. Sur la différence des sexes et celle des féminismes. *Les Temps modernes*, n.609 (junho-julho-agosto 2000).

¹⁵¹ Des femmes en mouvements –hebdo n.1, 9/11/1979, p.23 apud KANDEL, Liliane. Sur la difference des sexes et celle des féminismes. In: *Les Temps modernes*, n.609 (junho-julho-agosto 2000).

¹⁵² Des femmes en mouvement apud KANDEL, Liliane. Sur la difference... Op. cit.

¹⁵³ “Nós as mulheres do MLF que não nos definimos como feministas”. Le Torchon Brûle n. 4 apud GUADILLA, N. *Libérations des femmes...* Op. cit., p. 38.

¹⁵⁴ Le Quotidienn des Femmes, n.2 apud GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes...* Op. cit., p. 38.

¹⁵⁵ “D’un geste politique délibéré nous avons voulu ne pas figurer dans cette Histoire du Féminisme ; nécessaire et cependant utililé la publication de ce passif.

Histoire du Féminisme qui ainsi, ici, se détermine à remarquer en son envers l’autre-contre face du vieu, l’Humanisme, celle qui du discours du fils (la fils) nascissique ne prend effet d’écriture qu’à dénier, refouler, censurer pour l’exploiter, le lieu forclos, désormais incontournable, du corps de la mère.

espaço na sociedade existente, mais participação no poder masculino, o que por elas era recusado em nome de um poder que não seria nem simétrico, nem inverso ao poder masculino:

O poder das mulheres não é um poder legal, patriarcal, sádico, pederasta, de representação, de chefe, de nome, de estupro, de repressão, de ódio, (...) de ideias abstratas. É um (não) poder matricial, de engendramento, de expensas de caos, de diferenças, de liberdades coletivas, de abertura, de corpos (plural), de reconhecimentos, de anulação de censuras, de prazeres, de fora da lei, um poder-agir-pensar-fazer-para/por todas, todos.¹⁵⁶

Mas, a oposição a essa tendência não era somente de ordem teórica. A forma como o grupo “Psicanálise et Politique” se estruturava, a relação de suas militantes com Antoinette Fouque era também alvo de críticas.

Deve-se ressaltar que a ideia de um movimento compartimentado em tendências foi recusada por amplos setores do MLF e os riscos de simplificação ressaltados em diversos trabalhos, entre eles por Françoise Picq e Dominique Fougeyrollas-Schwebel¹⁵⁷. Para Picq “acentuar as tendências em detrimento dos grupos, projetos, formas de luta, temas de reflexão, é enclausurar o movimento em esquemas que este justamente escapou. É dividir aquilo que se mistura”.¹⁵⁸ Para Fougeyrollas-Schwebel¹⁵⁹ a historiografia teria dado demasiada importância à polarização entre Psicanálise e Política e feminismo radical (uma outra forma de denominar o feminismo revolucionário), deixando de lado uma série de discussões e oposições.

Além disso, o que define essas correntes variou historicamente. A posição de todas essas “tendências” sofreu alterações ao longo dessa intensa década de debates e lutas. Com essas observações, gostaríamos de ressaltar as dificuldades em utilizar categorias que foram forjadas em momentos precisos e no seio de combates políticos particulares. O sentido atribuído a essas tendências varia historicamente e em consonância com o locutor e interlocutor. Fixar um pensamento em movimento em categorias a-históricas leva a um apagamento dessas nuances. Para nuançar algumas dessas categorizações, trabalharemos com dois temas que provocaram grandes divergências: sobre uma identidade “mulheres” e sobre as formas de organização adotadas pelo movimento.

Nous pratiqués dans ce mouvement, sociales-politiques, théoriques na viendront jamais au même (quoique tant veuillent s’y méprendre et coûte que coûte ces malentendus). Motif questionnant d’analyse, notre lieu, imprenable » ALBISTUR *Histoire du féminisme...* Op. cit., p.477.

¹⁵⁶ D’une tendance. *Le torchon brûle*, n.3, s.d., p.18. [*Torchon brûle* n.3, s.d., p.5 [data aproximada: final de 1971 ou início de 1972].

¹⁵⁷ Fougeyrollas-Schwebel, Dominique. Controverses et anathèmes au sein du féminisme français des années 1970. *Cahier du genre*, n.39, 2005; PICQ, Françoise. *Libération des femmes...* Op.cit.

¹⁵⁸ PICQ, Françoise. *Libération des femmes...* Op.cit., p. 239.

¹⁵⁹ Fougeyrollas-Schwebel, Dominique. Controverses et anathèmes... Op. cit.

Um “nós mulheres”?

“As mulheres formam, através das classes e das camadas sociais, um grupo suficientemente homogêneo para poder falar de ‘reivindicações específicas’, de ‘movimentos autônomos’?”, perguntava um grupo de esquerda num panfleto de 1970.¹⁶⁰ Evelyne Le Garrec, no mesmo sentido, se pergunta: “As mulheres formam realmente uma frente unida e homogênea? A opressão específica que pesa sobre uma grande burguesa, uma mulher de um presidente de empresa e uma operária é a mesma?”¹⁶¹ Muitas seriam aquelas a questionarem a possibilidade de conceber esse “nós”.

A construção de um “nós mulheres” não foi, assim, um processo óbvio e desprovido de críticas e questionamentos. Não eram as diferenças de “raça” que eram consideradas como um fator de divisão no contexto em questão mas o fator classe. Desde o início do movimento podemos encontrar registros de divergências em relação a essa questão. Christine Delphy rememora, em 1981, como as primeiras reuniões do movimento foram marcadas por polêmicas em relação a essa questão:

Depois da aparição de um artigo em *L’idiot international* (1970), três grupos isolados se encontraram. A clivagem se estabeleceu de imediato em torno da questão de saber se as mulheres formam uma classe social. A posição esquerdista (o pertencimento de classe se impõe em relação ao pertencimento de sexo) era representada na época por um grupo em torno de Antoinette Fouque. Nosso grupo se formalizou em meados de 1970 se nomeando Feministas revolucionárias. Nós reivindicávamos o termo ‘feminista’ ao contrário de Antoinette. Posicionávamo-nos na extrema esquerda mas contestando sua desconsideração do feminismo e seu modo de funcionamento leninista.¹⁶²

Para Anne Zelensky, essa questão deu origem a uma clivagem entre dois grupos: os partidários da tese “FMA-Christine” e um outro em torno da figura de Antoinette Fouque.¹⁶³ Nas páginas da primeira publicação coletiva do movimento, o número especial de *Partisans*, encontramos também esse tipo de divergência. De um lado, algumas militantes afirmam: “As mulheres, sejam elas mulheres de burgueses, mulheres de operários ou mulheres de negros, estão submetidas a uma opressão comum e específica, a opressão das

¹⁶⁰ [Panfleto] Cercle Jeune Garde. *La libération des femmes et la révolution*. sem data. Fundo Anne Zelensky, BMD.

¹⁶¹ Evelyne Le Garrec. *Luttes de femmes luttes de classe*. *Politique Hebdo* n.28, 11 mai 72.

¹⁶² CHRISTINE. Je ne vois pas pourquoi un mouvement s’arreterait de grandir. *Les temps des femmes*, n.12, 1981, p. 19.

¹⁶³ PISAN, Annie de ; TRISTAN, Anne. *Histoires du MLF*, Op. Cit., p.52-53.

mulheres”.¹⁶⁴ Outras se questionam sobre a possibilidade dessa união: “O que há de comum entre a operária que da fábrica à casa é desprovida do seu tempo, e a burguesa que faz compras em lojas de moda?”.¹⁶⁵

Como vimos no item anterior, as chamadas “feministas revolucionárias” tinham como eixo central a defesa dessa união. Feminismo, para essa corrente, queria dizer “para as mulheres e com todas as mulheres”, isto é, que havia algo em comum a partir do qual partir para construir um movimento que não excluísse nenhuma mulher, embora essa ideia não implicasse uma adesão à definição de “classe das mulheres”, tal como defendido por Christine Delphy no seu texto *L’ennemi principal*.

Mas, a constituição de um “nós”, para além das diferenças de classe, foi também objeto de polêmica no seio do chamado “feminismo luta de classes”. Num documento fundador dessa corrente, “Sortir de l’ombre”, lançado pelo Cercle Dimitriev, há a defesa de um movimento unificado de mulheres pertencentes a diferentes classes sociais, sem negar essas diferenças. Outros grupos combatem essa ideia, como, por exemplo, o Cercle Flora Tristan, que lança “Sortir de l’ombre du féminisme bourgeois ” (Sair da sombra do feminismo burguês), em novembro de 1973. A ideia de uma solidariedade de todas as mulheres é considerada uma “ilusão”: “Deve-se combater a ideia de unidade de todas as mulheres que conduz à redução do movimento aos objetivos mínimos que só podem satisfazer as mais privilegiadas”.¹⁶⁶

Les Pétoleuses se insurgem também contra a ideia de uma opressão que seria comum à mulher burguesa e operária: “as vantagens que essa última retira do sistema contribui para afastá-la do combate por sua libertação que passa pela Revolução socialista”.¹⁶⁷ Um dos exemplos usados pelo jornal, mas que aparecem em outros textos, é a mobilização de mulheres chilenas a favor do golpe de estado de setembro de 1973: “Não são nossas ‘irmãs’, são nossas inimigas”¹⁶⁸, afirmam.

Esses são somente alguns exemplos de divergências sobre a questão. Com isso, o objetivo era mostrar que diferentemente de algumas leituras que consideram esse “nós” como

¹⁶⁴ QUELQUES MILITANTS. Présentations. *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 3.

¹⁶⁵ UN GROUPE DE FEMMES. La femme en morceaux. *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 97.

¹⁶⁶ 1°. Contribution du cercle “Flore Tristan ” 1973.

¹⁶⁷ PETROLEUSES, sans titre, *Pétoleuses*, n° 0, s.d., p. 2. [data aproximada: 1974].

¹⁶⁸ PETROLEUSES, sans titre, *Pétoleuses*, n° 0, s.d., p. 12.

um ponto de partida unânime no seio do feminismo, este foi, na verdade, uma construção, forjada no bojo de intensos debates.

Formas de organização do movimento

Outra questão que provocou polêmicas e divisões foi sobre a forma de organizar o movimento. O movimento deveria se basear na espontaneidade e na busca de novas formas de organização ou seriam necessários estruturar um movimento a partir de bases consideradas pelas primeiras como mais “convencionais”? Num primeiro momento, como procuramos apresentar no item sobre o MLF, predomina no movimento a idéia de que este não deveria ser uma organização mas um movimento com contornos pouco rígidos, baseado na espontaneidade e sem estruturas. Mas, essa forma de se organizar gerou polêmica. Num boletim mimeografado, sem data, mas que certamente foi publicado no primeiro ano de vida do movimento, encontramos algumas dessas críticas. Para Hélène, o que deveria ser um “movimento” não consegue se constituir enquanto tal e torna-se um lugar de passagem no qual à parte alguns “núcleos estáveis” passa-se pelo mesmo sem ser incitada a permanecer. Para a militante, a falta de estruturas dava uma posição privilegiada a alguns grupos no lugar de incluir todas as mulheres e levaria a formação de vanguardas. Na falta de outras soluções:

serão os pequenos grupos daquelas que: 1°. Tem tempo para se encarregar de tudo (na verdade, elas são de que classe social?), e 2°. Tem uma estrutura de base que se recusa ao conjunto do movimento, que constituiria um núcleo dirigente tomando as decisões.¹⁶⁹

Nesse mesmo boletim, encontramos outras críticas nesse sentido, afirmando a necessidade do movimento tornar-se “efetivamente um movimento de massa e sair do gueto intelectual”, propor outros instrumentos de organização que não fossem as “assembleias informais” e superar a atomização em pequenos grupos sem informação entre eles.¹⁷⁰

As críticas vinham sobretudo de setores ligados às organizações de esquerda. Num boletim de maio de 1971, menos de um ano após as primeiras mobilizações públicas, o Cercle Dimitriev anuncia sua existência e afirma que sua criação partiu de um descontentamento com a forma de organizar o movimento:

¹⁶⁹ Hélène. Le Mouvement. *Libération des femmes. Bulletin* n.2, s.d.[1970].

¹⁷⁰ QUELQUES MILITANTES. Quelques propositions . *Libération des femmes. Bulletin* n.2 s.d.[1970].

O M.L.F, tal como funciona atualmente, não pode tornar-se um verdadeiro movimento de massa. Na verdade, as poucas informações que circulam não levam em conta o trabalho das comissões e de diversos grupos do M.L.F, a falta de coordenação nos faz frequentemente perder tempo (...) Nós só fizemos até o momento (com exceção da campanha sobre o aborto) intervenções espetaculares que poderiam ter dado origem a ações mais duráveis caso tivessem sido acompanhadas de explicações e informações sobre o MLF em geral.¹⁷¹

Este trecho resume duas importantes críticas ao movimento: a crítica à falta de uma forma de organização mais estruturada e a necessidade de ampliação da base do MLF. Para resolver ambos os problemas, que são considerados frequentemente como interligados, encontramos algumas propostas. O Cercle Dimitriev propõe, por exemplo, a criação de uma coordenação de comités e uma comissão de coordenação de relação com o interior, a publicação de um “verdadeiro boletim de informações” e de um jornal, a elaboração de um programa de reivindicações, cotizações, etc.¹⁷²

Algumas organizações de esquerda posicionaram-se desde um primeiro momento pela auto-organização das mulheres, como a Alliance Marxiste Révolutionnaire (AMR), para a qual “os revolucionários devem desenvolver as condições de auto-organização de todo meio específico tendo interesse objetivamente na transformação radical, revolucionária dessa sociedade a partir de problemas específicos e na perspectiva do socialismo”.¹⁷³ Especificamente em relação ao feminismo, afirma-se a necessidade das mulheres “de se organizar, de forma autônoma, a partir dos seus próprios problemas” compreendendo que eles se integram à análise marxista e contribuem para o processo revolucionário.¹⁷⁴ Mas, ao mesmo tempo, consideravam que para atingir tal objetivo seria necessário expandir a base do movimento. O MLF, afirmavam em 1971, deve “ter por dever tornar-se um movimento de massa (o que implicaria uma estruturação um pouco mais rigorosa)”, e, para isso não poderia continuar a ser uma “vanguarda de intelectuais que ele é atualmente” mas, deveria “sensibilizar, mobilizar e integrar no seu seio mulheres trabalhadoras ou mulheres de trabalhadores”.¹⁷⁵ Para superar esse problema, o grupo sugere uma série de medidas bastante concretas como a transformação de uma “assembleia geral na qual ninguém representa ninguém” transforme-se em “reunião de delegados responsáveis e revogáveis a qualquer

¹⁷¹ Texte du Cercle Elizabeth Dimitriev: Qu'est-ce que le Cercle Elizabeth Dimitriev. *Mouvement de libération des femmes. Bulletin d'informations*, maio de 1971.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ De la revolte des femmes à la Revolution. Supplément. *L'internationale*, n.11, junho 1971, p.10.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ E.B. Avec le mouvement de libération des femmes. *L'international*, n.7, jan. 1971 p.9.

momento pelo seu comitê” ou ainda que “uma plataforma de orientação comum seja elaborada” assim como “que uma coordenação internacional regular dos movimentos feministas seja colocada em prática com o objetivo de dar uma nova dimensão à luta das mulheres”.¹⁷⁶

É essa agremiação que lançaria a plataforma “Sortir de l’ombre” assinada pelo Cercle Dimitriev. Nesta plataforma, algumas das ideias desenvolvidas acima são sintetizadas sob a forma de manifesto procurando que oferecer uma alternativa ao feminismo hegemônico. Afirma-se a especificidade da opressão feminina e a necessidade de um movimento autônomo. Mas, afirmam igualmente a vinculação entre socialismo e fim da opressão feminina, ideia sintetizada na palavra de ordem “Pas de libération des femmes sans révolution, pas de révolution socialiste sans libération des femmes”. A forma de se estruturar o movimento proposta pelas “feministas revolucionárias” é criticada duramente.

Podemos encontrar esse tipo de crítica em diferentes momentos. As propostas de coordenação do movimento, encontros nacionais aparecem por toda a década. Mas, para uma parte do movimento, tratava-se de uma forma de instrumentalizar o movimento. No jornal *Torchon brûle*, uma parte do MLF reage às diversas reações às tentativas de organização. No texto *Aux sœurs des organisations principalement trotskystes et maoïstes* (Às irmãs das organizações principalmente trotskistas e maoístas)¹⁷⁷, afirma-se o desejo de militar a partir de uma opressão comum e “libertar nós mesmas” ao contrário das “irmãs” das organizações que chegaram depois e “a partir de ordens de organizações dirigidas por caras (mecs)”. Em outro “Nous avons quelque chose en moins”, o real sentido de organização é definido como “tomada em mãos dos seus problemas por mim(nós) (...) Organização é um disfarce hipócrita da palavra ‘poder’”.

O termo organização pertence estritamente à panóplia burguesa, sociedade de classes, sociedade de dominação, sociedade de concorrência. Onde ela é introduzida, traz com ela estruturas dessa sociedade, e as implantará finalmente se tolerada

(...) A organização não organiza nada além dela mesma. É uma máquina que funciona no vácuo, simplesmente pela masturbação daqueles que a constituem, ao passo que os outros ficam cada vez mais mergulhados na passividade.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ *Aux sœurs des organisations principalement trotskystes et maoïstes. Torchon brûle* n.2.

¹⁷⁸ *Nous avons quelque chose en moins. Torchon brûle* n.2, s.d.

Em *Sommes-nous des brebis édentées?* (Somos nós ovelhas desdentadas?), algumas militantes satirizam com o modelo de organização que algumas organizações de esquerda desejariam para o movimento.

Preciso me apressar para colocar essa questão antes que as camaradas competentes tenham acabado de elaborar a linha teórica do Movimento. Tenho a impressão que em pouco tempo seremos dotadas de estruturas, de linha política, comitê central, siglas, hinos de encontro, enfim, uma panóplia do verdadeiro Movimento histórico, os certificados de existência, pois.¹⁷⁹

Essa exigência de uma linha teórica clara por parte de alguns setores de esquerda será melhor analisada no próximo capítulo. Esse debate percorreu toda a década de 1970 e acirrou ainda mais as polarizações de ordem puramente teóricas.

É necessário ressaltar que as organizações de esquerda reagiram de forma bastante diversa à emergência do MLF. Longe de formar um bloco homogêneo, o que podemos chamar genericamente de “esquerda” era composto por grupos e partidos que exprimiam diferentes visões sobre o processo revolucionário, sobre o papel das “organizações de massa”, questões de ordem tática e estratégica. No contexto francês, pode-se notar, a partir da imprensa de algumas das organizações de esquerda nos anos 1970, que alguns dos grupos da chamada “extrema esquerda” tiveram uma reação favorável já nos primeiros momentos do movimento. Nessa categoria podemos citar a organização maoísta “espontaneísta” *Vive la Révolution* (VLR), assim como a organização trotskista *Alliance Marxiste Révolutionnaire* (AMR). Outras, por exemplo, as organizações trotskistas *Révolution!* e *Ligue Communiste* (LC), que se transformaria depois em *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR), teriam também uma participação importante no movimento mas tomaram posições após os primeiros anos de mobilizações. Cabe destacar também que outras organizações permaneceram refratárias ao feminismo durante todos os anos 1970: *Lutte ouvrière*, grupos maoístas como *L’humanité rouge* ou o *Parti communiste révolutionnaire* (PCR)¹⁸⁰. O PCF, que tem uma posição contrária ao feminismo e a uma luta autônoma no início dos anos 1970, a partir de pressões tanto internas como externas, vai alterar sua posição ao longo dessa década.

¹⁷⁹ *Sommes-nous des brebis édentées?*. *Torchon brûle*, n.2, s.d. [data aproximada:1971]

¹⁸⁰ Segundo REMY, Monique. *De l’utopie à l’intégration...* Op. cit., p. 48.